

Sarney: "Eu tenho tempo"

por José Casado
de Brasília

Nas últimas duas semanas, cada vez que perguntam ao presidente José Sarney sobre os prazos de que ele dispõe para tomar decisões de política econômica, que viabilizem uma reversão da tendência de alta da inflação, ele responde: "Eu tenho tempo".

Em seguida, Sarney costuma lembrar uma conversa que teve, no final do ano passado, com um economista norte-americano que sempre admirou, John Kenneth Galbraith. Estavam no Palácio do Planalto. Galbraith falava sobre o que entendia como virtudes do Plano Cruzado: "O tempo será o seu melhor aliado", disse o economista ao presidente. Sarney concordou. E agora, cada vez que um ministro lhe leva uma proposta de urgente decisão econômica, ele receita Galbraith.

Está sendo assim desde que entendeu que o chamado Cruzado II poderia ter sido editado de outra forma, com mais vagar, melhor negociado em termos políticos.

Por isso, vetou toda e qualquer pretensão da área econômica de reforçar o combate à inflação com conjuntos de medidas que pudessem ter o aspecto

político de um novo "pacote", com "realinhamento" de preços, salários e câmbio, com alternativas até para posterior "recongelamento" da economia. Ele poderia já ter feito, escudado em pesquisas de opinião (ver tabelas) que apontam a franca simpatia da classe média urbana quanto a um "recongelamento". Teria, possivelmente, melhorado o desempenho do governo no julgamento público.

Mas decidiu, por outros caminhos, fazer aos poucos, impondo um crivo político nas iniciativas do governo sobre uma economia conturbada.

É o império da política. Depois de duas décadas de comandantes militares que, ao seu estilo pessoal, decidiam sem consulta, há um presidente civil, com extensa folha eleitoral, que procura ampliar a dimensão política do Executivo. Sua agenda, por exemplo, é reveladora: em 50 semanas do ano passado, Sarney concedeu 944 audiências a senadores e deputados e conversou com políticos de todos os partidos nada menos que 2.450 vezes ao telefone.

Agora, anuncia que está decidido a multiplicar a paciência, o exercício da consulta, sobre cada questão que considere grave para a Nação.

É algo que os antigos já faziam. Foi assim, por exemplo, que Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, ensinou ao seu sobrinho, Joaquim de Melo e Povoas, que governou o Maranhão de Sarney por duas décadas, a partir de 1761.

Na carta ao sobrinho, o marquês aconselhava: "Não altere coisa alguma com força e nem violência, porque é preciso muito tempo e muito jeito para emendar costumes inveterados ainda que sejam escandalosos (...) O modo vence mais do que o poder".

E acrescentava: "Em qualquer resolução que v. exa. tentar observe estas três coisas: prudência para deliberar, destreza para dispor e perseverança para acabar".

Essa carta do marquês tem sido relida, diariamente, em vários gabinetes do Palácio do Planalto, nas últimas semanas. Ela acabou de ser reeditada pelo governo José Sarney, junto com o "testamento político" de Maurício de Nassau e com as instruções de d. Pedro II a sua filha, d. Isabel Cristina — a regente. O fascículo, de distribuição gratuita, tem um singelo título: "Conselhos aos governantes".